

O modo de produção camponês revisitado

Jan Douwe Van der Ploeg

A renovada atenção em torno da agricultura familiar no Brasil, como expressa a organização do “1º Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural” (Porto Alegre, 24 e 25 de novembro de 2005), reflete importantes mudanças na agricultura brasileira;¹ reflete, igualmente, o fortalecimento e a maturidade dos “estudos rurais” praticados no Brasil. A combinação de uma base teórica sólida, um enfoque empírico amplo e metodologicamente bem estruturado² e, por fim, mas não menos importante, um forte envolvimento em processos de transformação em curso contribuem para escapar de amarras ideológicas. Assim, questões aparentemente “fora de moda”, que chegaram a ser frequentemente declaradas por alguns como “resolvidas e acabadas”, são agora colocadas de forma aberta e original – e se converteram em novos e inspiradores desafios teóricos que se articulam, no plano prático, com novas e importantes trajetórias de desenvolvimento.

Esse novo interesse pela agricultura familiar coincide com os debates contemporâneos na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu.³

1 Refiro-me aqui especialmente à criação disseminada de novos assentamentos liderados pelo MST. Ver Cabello Norder, 2004; Branford e Rocha, 2002, e Hammond, 1999.

2 Um exemplo inovador pode ser encontrado nos estudos comparativos no Rio Grande do Sul, formulados e conduzidos pelo grupo de pesquisa do professor Sérgio Schneider, UFRGS em Porto Alegre (Schneider, 1995).

3 A reintrodução do conceito de camponês (quarenta anos após a publicação de *O fim dos camponeses*, de Henri Mendras!) nos estudos rurais é especialmente notável

Esta contribuição baseia-se em três premissas inter-relacionadas. Primeira: a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. Tal distinção torna-se importante, ademais, para compreender os motivos que levam cada vez mais a produção empresarial na Europa a um fim,⁴ ao mesmo tempo em que a agricultura camponesa tem representado, dada sua peculiar resistência, uma promessa de continuidade. Segunda: a essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. Terceira: ao se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de *valor*, esta pode ser articulada, de forma frutífera,⁵ com o debate sobre desenvolvimento.

Esse artigo focaliza, ainda que não exclusivamente, a Europa. Argumenta-se aqui, basicamente, que a agricultura camponesa está amplamente difundida em toda a Europa – e que, ademais, vem sendo fortalecida, recentemente, por novas respostas, o que pode ser resumido através do conceito de *recampesinização*. A consequência disso, que também vale para os países de Terceiro Mundo, é bastante clara: de forma alguma a agricultura camponesa pode ser vista como intrinsecamente atrasada. A agricultura camponesa não é um obstáculo para o desenvolvimento e a mudança, mas, ao contrário, pode ser um excelen-

na França (ver Hervieu, 2005 e Jollivet, 2001). Eu mesmo publiquei em 1999 um estudo intitulado *The Virtual Farmer*, no qual argumento que uma boa parte da realidade rural na Holanda é compreendida em termos camponeses e de produção camponesa, o que é indicado já no subtítulo da tradução inglesa: “Passado, presente e futuro do campesinato holandês” (Ploeg, 2003). É igualmente significativo que o termo “camponês”, mantido como tabu durante tantos anos, venha reemergindo também no discurso político. Ver Prodi, 2004 e Valentini, 2006.

4 É sem dúvida algo irônico, depois de tantas vezes ouvir o tão proclamado “fim do campesinato” (ver Gudeman, 1978, mas também Schultz, 1964 e *tutti quanti*), deparar-se com a possibilidade de um “fim da agricultura empresarial” (ver Buckwell e colaboradores, que já anunciava isso, ainda que de forma cifrada, em 1997).

5 Em muitas abordagens teóricas, o campesinato é visto *a priori* como principal obstáculo para o desenvolvimento da sociedade.

te ponto de partida para tanto (assim como ocorrera no passado, como argumenta, convincentemente, Jollivet, 2001).

PARA ALÉM DO DUALISMO CLÁSSICO

Por um longo tempo, os debates sobre o campesinato foram dominados pela tese do dualismo,⁶ que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais. Este mesmo dualismo também refere-se às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar. Neste texto, irei argumentar que, mesmo que essa tese dualista refletisse, até os anos 60 do século passado, uma das contradições centrais no sistema agrícola mundial, ela foi, desde então, tornando-se cada vez mais inadequada para compreender um mundo em rápida transformação. Discutirei aqui, mais detidamente, duas tendências históricas que redelinearam os contornos, as contradições e as dinâmicas políticas e econômicas de muitas constelações rurais em todo o mundo. Também argumentarei que, em vista dessas novas tendências, a noção de camponês passa a ser reconceitualizada – e se adapta às circunstâncias históricas, dramaticamente transformadas.

A partir dos anos 60, uma nova tendência materializou-se, tanto no centro como na periferia – uma tendência que irei referir-me aqui como a emergência da agricultura empresarial. Embora os germes dessa tendência tenham permanecido adormecidos durante algum tempo no interior do modo camponês de produção agropecuária (Ploeg, 2003, p. Capítulo 2), o modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências (Abramovay, 1992, p. 1997 indica o papel central do Estado na modernização agrícola como um fenômeno internacional).

Em virtude das suas particularidades no tempo e no espaço, o projeto de modernização adquiriu muitas formas. Na Europa, o Plano Mansholt inicial

⁶ A tese dualista remonta aos trabalhos clássicos de Boeke (1947), Lênin (1961), Kautsky (1970) e Mariategui (1925). Uma eloqüente elaboração, adaptada aos “tempos modernos”, pode ser encontrada no manual de De Benedictis e Cosentino (1979).

– e a Política Agrícola Comum (PAC) que dele resultou – tornou-se o principal veículo de modernização, o que, por sua vez, recebeu freqüente suporte de uma intervenção estatal de longo alcance na agricultura por parte de cada Estado-membro. Nos países asiáticos, a modernização tomou principalmente a forma da bem conhecida “revolução verde”, com a introdução de novas sementes e seu respectivo “pacote” de fertilizantes, herbicidas, pesticidas, crédito, obras de infra-estrutura, serviços de extensão e treinamento, além da intervenção nos mercados. No que se refere à América Latina, o programa de reforma agrária massiva no Peru (no período 1969-1975) promoveu tipicamente a modernização; no México, tentou-se primeiramente implementar uma revolução verde do tipo asiático (justamente como ocorreu na Colômbia com o Programa DRI) e, posteriormente, o meio rural passou a ser literalmente modificado por um forte processo de “pecuarização” (Guerritsen, 2002), assim como ocorrera em vários outros países da América Central e do Sul. No Brasil (Cabello Norder, 2004), foi especialmente a substituição dos cultivos de café pelos de soja que representou uma primeira expressão, ampla e massiva, da modernização – e que estabeleceu as bases para diversos episódios posteriores a ela relacionados.

Qualquer que seja sua forma específica, e qualquer que seja sua posição específica na divisão espacial da produção agropecuária mundial, a modernização implicou, primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. Junto a estes aumentos de escala e intensidade está um *abrupto e multifacetado processo de mercantilização*. Este último aspecto foi um resultado tanto quanto um pré-requisito do anterior. Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminharam lado a lado ⁻⁷ e tornaram-se o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização.

7 “No que se refere aos programas de desenvolvimento, estes objetivamente operam para incorporar ainda mais o campesinato às relações mercantis, e tentam padronizar e racionalizar a produção camponesa de mercadorias para os mercados doméstico e internacional” (Bernstein, 1977, ponto 23).

O surgimento do modo empresarial de produção agropecuária (que será detalhado adiante) não fez desaparecer o modo camponês de produção. Em muitos lugares, em todo o mundo, permaneceram importantes “bolsões” de agricultura camponesa. Além disso, estamos testemunhando, nas últimas duas décadas, novos e relevantes processos de *recampesinização*, às vezes de natureza qualitativa, às vezes quantitativa. Mas há também uma série crescente de expressões que envolvem simultaneamente a dimensão quantitativa e a qualitativa. *Recampesinização* é, de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses. O “camponês” não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção.

A Figura 1 sumariza o panorama resultante. Ela mostra que há não apenas uma contradição central, mas pelo menos três. Também indica que existem interfaces complexas, às vezes confusas, entre as diferentes formas de agricultura. Em cada interface haverá sobreposições consideráveis e altamente intrincadas, assim como movimentos contraditórios, mas combinados, de uma parte à outra da constelação.

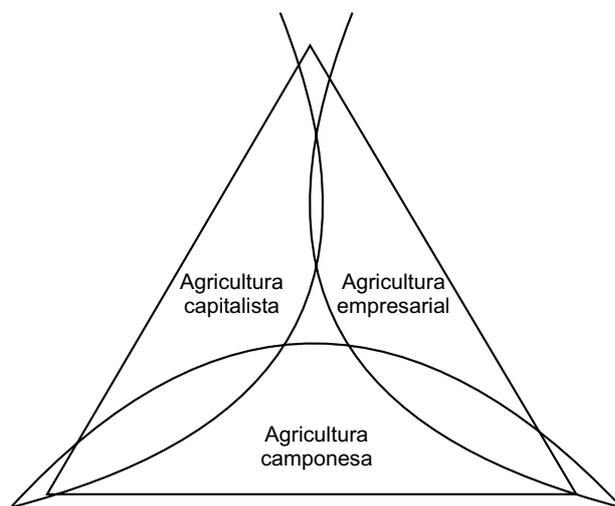


Figura 1: Diferentes mas interligados modos de produção

De um ponto de vista analítico, as diferenças básicas entre os modos de produção são fáceis de avaliar. Elas residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola. Como se evidencia na Tabela 1, os elementos que constituem o processo de produção podem entrar nesse processo como mercadorias (+) ou como não-mercadorias (-).⁸ Isso depende das relações estabelecidas entre as unidades de produção agrícola e os diferentes mercados: seus elementos (trabalho e outros recursos) são mobilizados através de seus respectivos mercados ou produzidos, reproduzidos e/ou trocados em circuitos não-mercantis?

Tabela 1. Diferentes formas de produção mercantil

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

A tabela indica que na *pequena produção mercantil*⁹ (PPM) o resultado da produção é (ao menos em parte) comercializado e, conseqüentemente, visto como um conjunto de mercadorias. Entretanto,

8 Em sua discussão sobre a produção simples de mercadorias, Bernstein (1977) salienta que “a reprodução [ocorre] através de relações mercantis: de um lado, a produção de mercadorias como meio de troca para adquirir elementos de consumo necessários (M-D-M) [Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria]; de outro, a incorporação de mercadorias ao ciclo de reprodução na forma de artigos de consumo produtivo (por exemplo, ferramentas, sementes, fertilizantes) e de consumo individual (alimentos, roupas, materiais de construção, querosene, utensílios domésticos)”.

9 Estou ciente de que PPM e PSM são às vezes definidas e interligadas de formas que diferem da abordagem apresentada aqui. As duas são também apresentadas como sendo idênticas (Bernstein, 1986). Proponho aqui uma abordagem diferente. A PSM baseia-se em fluxos de mercadorias que são convertidas em outras mercadorias. Já a PPM baseia-se em recursos não-mercantizados que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir os recursos adquiridos. Analiticamente, PPM é uma forma de produção *não completamente mercantizada*. Entretanto, através de pesqui-

to, neste modo de produção agrícola é essencial que a força de trabalho e outros recursos cruciais (terra, água, sementes, animais, conhecimento, redes de trabalho etc.) não entrem no processo de trabalho como mercadorias – estes são valores-de-uso com diferentes biografias (Appadurai, 1986).¹⁰

Na *produção simples de mercadorias* (PSM) há uma mudança decisiva em relação à *pequena produção mercantil* (PPM): com exceção do trabalho, todos os demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como *mercadorias*. Portanto, elas introduzem não apenas as relações mercantis reinantes com todos seus efeitos imediatos, mas também “a lógica do mercado” (Friedmann, 1980) no processo de trabalho.

A *produção capitalista de mercadorias* (PCP) representa uma mercantilização completa: a força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria.

Na seqüência deste texto, discutirei o modo de produção camponês como *pequena produção mercantil* (PPM) e o modo empresarial de produção agropecuária como forma de *produção simples de mercadorias* (PSM). Esta abordagem, como argumentarei, segue a linha de Ellis que define os camponeses como sendo “apenas *parcialmente integrados* a mercados imperfeitos” (1988, p. 4).¹¹ Isso também coincide

sas empíricas, podemos encontrar inter-relações que diferem da “mercantilização completa” contida na PSM e da “mercantilização incompleta” da PPM. Dependendo das circunstâncias, pode muito bem ser o caso que a PPM seja a forma dominante, vibrante e promissora, enquanto a PSM represente a exceção ou algo residual, em declínio. Mas também pode ocorrer o contrário.

10 Appadurai (1986, p. 13) menciona a intercambialidade como “fator socialmente relevante” de uma mercadoria: “a situação mercantil [...] de qualquer ‘coisa’ [reside em] sua intercambialidade por qualquer outra coisa”. Típico para a agricultura, especialmente para a agricultura camponesa (onde quer que esteja ela situada), é que precisamente esta intercambialidade é eliminada ou condicionada. Um agricultor, como dizem, “nunca vende sua melhor vaca”. A essência da “melhor vaca” reside precisamente em sua não-intercambialidade. Ela não está para ser vendida, mas para ser usada para produzir uma promissora cria.

11 A noção de “mercados incompletos” para definir o campesinato, especialmente nos países do Terceiro Mundo, não me agrada. “Mercados perfeitos” (em oposição aos “mercados incompletos”) não são encontrados nem mesmo no centro do

com a noção de “intensificação das relações mercantis”, formulada antecipadamente por Bernstein: “ela pode ajudar a distinguir as formas e os graus em que a produção camponesa é constituída [...] enquanto relação mercantil” (1977).¹² Neste sentido, concebo uma identificação da produção camponesa a um reduzido grau de mercantilização, enquanto a produção agropecuária empresarial é construída sobre uma elevada mercantilização – isto é, como argumenta Ellis, “completamente integrada” (1988, p. 4).

A CONDIÇÃO CAMPONESA

Embora as características introduzidas na Tabela 1 sejam bastante úteis para distinguir os diferentes modos de produção na agricultura, ao menos analiticamente, elas não explicam por que determinados modos emergem (e reemergem), nem explicam as dinâmicas (isto é, a reprodução ao longo do tempo) dos diferentes modos. Para isso, precisam ser situados em seu contexto social. Para o caso do modo de produção camponês, irei introduzir aqui o conceito de “condição camponesa” (ver Figura 2).

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (Shanin, 1972); ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos

capitalismo. Os mercados agrícolas e alimentares na Europa são tipicamente “mercados incompletos”. Por outro lado, “integração parcial” é um fenômeno disseminado e criado deliberadamente na agricultura européia, como irei argumentar adiante.

12 Posteriormente, Bernstein mudou sua posição: seguindo Gibbon e Neocosmo (1985), ele passou a argumentar que há apenas dois graus de mercantilização: mercantilização generalizada ou completa *versus* mercantilização zero (ver Bernstein, 1986).

autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais (Toledo, 1992; Sevilla Guzman e Molina, 1990). Com esses recursos (que não se restringem apenas aos recursos naturais, mas que incluem um amplo leque de recursos sociais, como, por exemplo, conhecimento local, redes sociais, instituições específicas), os camponeses se inserem na co-produção. Um elemento estratégico aqui é que a base de recursos que permite a co-produção é basicamente composta por não-mercadorias (e/ou por mercadorias convertidas em não-mercadorias). Um certo distanciamento em relação ao mercado é frequentemente um pré-requisito (como argumentado no pensamento econômico neo-institucional, ver Sacomandi, 1998) para um funcionamento econômico adequado. A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos).

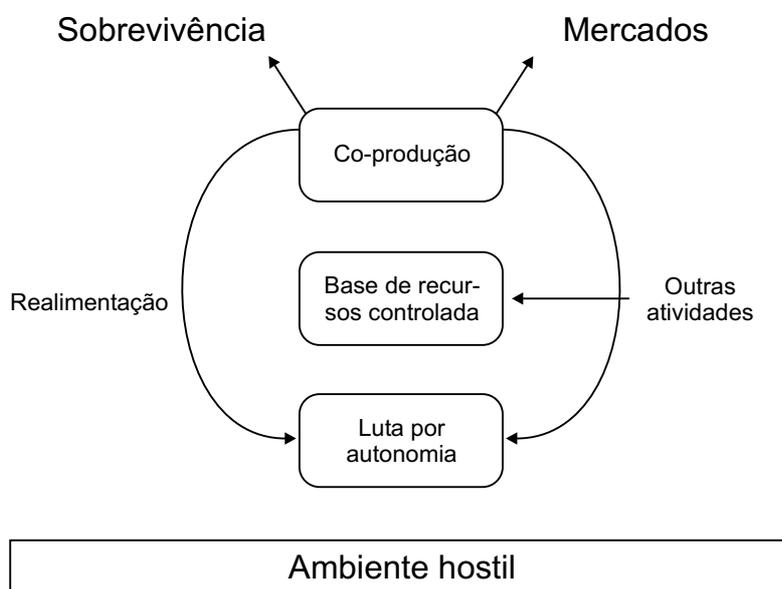


Figura 2: A condição camponesa

Co-produção é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através da dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês. Irei definir este modo de produção camponês em mais detalhes a seguir – o que estou tentando fazer aqui é “situar” a agricultura camponesa em um contexto social específico, que permitirá, acredito, chegar a uma melhor compreensão sobre sua natureza, dinâmica e persistência em todo o mundo.

Por sua vez, a co-produção articula-se com os mercados – mas de uma forma específica, que será analisada posteriormente. Uma parte da produção é vendida, outra pode ser consumida diretamente pela família camponesa; e uma terceira parte da produção total poderá alimentar o próximo ciclo de produção: o resultado da co-produção pode fortalecer a base de recursos sobre a qual está fundada (e assim contribui indiretamente para a criação de uma autonomia ainda maior). Evidentemente, as proporções destinadas à reprodução da unidade produtiva, à reprodução da família e à comercialização são altamente variáveis. Elas dependerão das particularidades de tempo e espaço, bem como das estratégias empregadas pelos atores envolvidos. Entretanto, uma mudança tão-somente em tais proporções não muda a natureza básica da condição camponesa, nem do modo de produção camponês. O crucial é que o processo de produção venha a ser estruturado de tal forma que viabilize a sobrevivência e busque, ao mesmo tempo, uma reprodução (e possivelmente uma reprodução ampliada)¹³ ao logo do tempo.

O MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS

O modo de produção camponês articula-se com as relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato na sociedade (isto é, “a condição camponesa”). Esta alocação específica tem importantes im-

13 A reprodução ampliada não necessariamente segue a rota da produção de valor excedente seguida pela acumulação. Ampliar um rebanho através da criação, construir um terraço adicional etc. são igualmente expressões de uma reprodução ampliada.

plicações para o modo de produção camponês enquanto princípio ordenador. Isso significa, em primeiro lugar, que a base de recursos como um todo será limitada (Janvry, 2000, p. 9-11). Isso não se deve apenas às suas origens, mas também à reprodução intergeracional que muitas vezes requer uma distribuição entre um maior número de crianças e que resulta, conseqüentemente, em uma redução de recursos disponíveis por unidade de produção.¹⁴ Uma expansão da base de recursos através do estabelecimento de relações de dependência com o mercado de fatores de produção é evitada – isso corre contra a luta por autonomia e pode levar a um aumento no custo de transação.¹⁵ Assim, a (relativa) escassez de recursos disponíveis faz com que a chamada “eficiência técnica” (Yotopoulos, 1974) e a mudança técnica não-material (Salter, 1966) tornem-se centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos –¹⁶ e sem que haja uma deterioração da qualidade destes recursos.¹⁷

14 Usurpação de terras, desvios de água, exclusão e bloqueio no acesso a importantes serviços etc. produzirão efeitos similares.

15 É claro que não é impossível se engajar em relações mercantis para ampliar a base de recursos. Entretanto, quando isso ocorre, o modo camponês se converte em um modo de produção empresarial, como irei argumentar adiante. No modo de produção camponês, tipicamente, o crescimento (isto é, a expansão da base de recursos) é “orgânico”, ou seja, depende dos – e se constrói sobre – os ciclos prévios de produção e das riquezas geradas nestes ciclos.

16 Se as principais condições são as mesmas, o modo de produção camponês resulta em colheitas superiores às aquelas obtidas pelos demais modos de produção. Para a América Latina, isso foi abundantemente documentado nos estudos realizados nos anos 60 pela CIDA (CIDA, 1960 e 1973). Entretanto, a condição *ceteris paribus* é crescentemente invalidada: a agricultura capitalista e/ou empresarial tem acesso a tecnologias que são inacessíveis para os produtores camponeses. Além disso, na agricultura capitalista e empresarial, o tempo e o espaço são freqüentemente organizados de tal forma que grandes colheitas parecem ser, à primeira vista, sua principal característica. Na criação confinada intensiva, obtém-se uma produção extremamente alta; é evidente que isso se deve à utilização de alimentos e forragens produzidos em outros lugares. O mesmo se aplica, por exemplo, à reorganização do tempo na criação animal. Vacas podem produzir *por ano* uma quantidade de leite bastante elevada, mas sua longevidade (o número total de anos que uma vaca permanece em lactação) é, ao mesmo tempo, severamente reduzida.

17 No repertório cultural do campesinato, “consumir a própria granja” é considerado um grande, senão o maior, equívoco.

Uma segunda importante característica refere-se à composição quantitativa da base de recursos: o trabalho será relativamente abundante, ao passo que os objetos de trabalho (terra, animais etc.) serão relativamente escassos. Em combinação com a primeira característica, a produção camponesa tende a ser intensiva (ou seja, a produção por objeto de trabalho será relativamente alta) e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação.

A natureza qualitativa das inter-relações existentes no interior da base de recursos é, também, bastante importante. Isso nos leva à terceira característica: a base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital, ou trabalhos manual e intelectual). Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica¹⁸ e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos mobilizados) são tipicamente derivadas de (e vinculadas a) repertórios culturais locais e relações de gênero – e nisso o tipo chayanoviano de balanços internos (como, por exemplo, entre penosidade do trabalho e satisfação de demandas) igualmente desempenha um importante papel.

Uma quarta característica refere-se à centralidade do trabalho: os níveis de intensidade, bem como seu desenvolvimento ulterior dependem criticamente da quantidade e da qualidade do trabalho. Junto a isso está a importância dos investimentos de mão-de-obra (terraços, sistemas de irrigação, construções, melhoramento e cuidadosa seleção dos rebanhos etc.),¹⁹ a natureza da tecnologia aplicada (“baseada na capacidade técnica dos agricultores” em oposição à tecnologia completamente mecânica, cf. Bray, 1986), a produção de novidades (Wiskerke e Ploeg, 2004) e as inovações camponesas (Osti, 1991).

18 Esta unidade orgânica faz com que os recursos materiais não entrem no processo de produção como capital. São – e continuam sendo – objetos e instrumentos de trabalho.

19 Aqui, novamente, as pesquisas realizadas pela CIDA (1966, 1973) oferecem importantes considerações empíricas.

Em quinto lugar, gostaria de sublinhar aqui a especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e o mercado. Como salientado na Figura 3, o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção.²⁰ Tal padrão contrasta consideravelmente com a produção dependente do mercado (como indicado na Figura 4), na qual todos os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias. Desta forma, as relações mercantis penetram no coração do processo de produção e de trabalho. A Figura 4 refere-se, portanto, a um modo de produção empresarial.

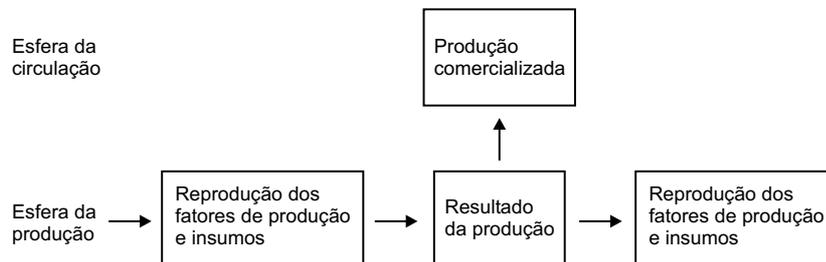


Figura 3: Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida

²⁰ Portanto, o processo de produção e reprodução representa aqui uma unidade orgânica. Os dois são altamente entrelaçados. No modo empresarial de produção agrícola, as atividades de reprodução são crescentemente externalizadas para diversas agências de fora. A unidade orgânica entre produção e reprodução é então substituída por uma complexa rede de novas relações mercantis e prescrições técnicas e administrativas (ver Benvenuti e colaboradores, 1989).

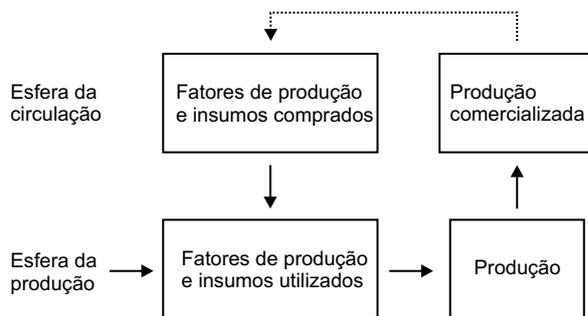


Figura 4: Reprodução dependente do mercado

Finalmente, gostaria de mencionar aqui uma sexta e provavelmente decisiva característica: o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de *criação de valor agregado* e de *empregos produtivos*. Nos modos de produção capitalista e empresarial, os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados através de – e na forma de – uma redução contínua no uso de trabalho. Devido à condição camponesa, isso não pode ocorrer no modo de produção camponês.²¹ Emancipação (“um bem-sucedido enfrentamento de um ambiente hostil”) coincide aqui, necessariamente, com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Isso ocorre através de um lento, mas persistente, crescimento da base de recursos, ou através de um aperfeiçoamento da “eficiência técnica”. Na maior parte das vezes, no entanto, os dois movimentos serão combinados e entrelaçados e então chega-se a um momento de fortalecimento autônomo.

O contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva é associado, no modo de produção camponês, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção.

No plano da comunidade camponesa (deixando-se de lado poucas exceções), a posse de uma base específica de recursos por uma determinada família é geralmente reconhecida. Dentro de um determinado repertório cultural (ou “economia moral”, como diria Scott,

²¹ Isso não exclui a possibilidade de que processos de descampesinização possam ocorrer (Bryceson, 2000).

1976), o progresso não é de forma alguma definido como uma tomada (ou uma apropriação) das posses adjacentes. Isso seria equivalente, para a comunidade, a uma autodestruição. Portanto, as unidades individuais de produção estão empenhadas em progredir (embora, evidentemente, com diferentes ritmos²² e diferentes graus de sucesso) *com e através de* suas próprias unidades de produção. Isso leva, no plano da comunidade (ou da economia regional), a um crescimento geral do valor agregado. O padrão típico de produção agropecuária capitalista e/ou empresarial – crescimento no plano das empresas individuais, mas com estagnação e mesmo decréscimo do volume total de valor agregado em níveis mais amplos (local, regional)²³ é basicamente excluído na economia camponesa. Isso também explica por que, ao longo da história, o setor agrícola apresentou um contínuo aumento no total de força de trabalho agrícola, em números absolutos (Hayami e Ruttan, 1985) e por que o crescimento demográfico traduziu-se em crescimento agrícola (Boserup, 1965). Apenas a partir de 1950 é que tais inter-relações passaram a ser crescentemente interrompidas (entre 1850 e 1950, o total de força de trabalho agrícola na Holanda aumentou de 300 mil para 670 mil; e foi apenas de 1957 em diante que um declínio absoluto começou a ocorrer) e novas regularidades foram estabelecidas (para dados similares, ver Hayami e Ruttan, 1985).²⁴

Em relação aos atores individuais, é preciso ter em mente duas importantes considerações. Primeira: aqueles que participam do pro-

22 Também aqui o trabalho de Chayanov permanece altamente válido. Para uma recente aplicação, ver Broek (1988).

23 Isso se deve, no caso da agricultura capitalista, ao fato de que as grandes fazendas se expandem através da eliminação de outros agricultores e a tomada das suas terras (ver Ploeg, 2003a, capítulos 6, 7 e 8 para uma discussão mais extensa). No caso da agricultura capitalista, o aumento no valor agregado não é um princípio ordenador. Aumento nos lucros e na rentabilidade é central – isso pode muito bem vir junto com uma estagnação ou mesmo uma redução nos níveis de agregação de valor, como amplamente demonstrado pelo uso extensivo da terra nas típicas haciendas da América Latina e pelo atual processo de *pecuarização* (Gerritsen, 2002).

24 O subsequente declínio não é um processo generalizado: em alguns segmentos há um acelerado decréscimo de força de trabalho, enquanto em outros há uma estabilidade ou mesmo um acréscimo no uso de trabalho.

cesso de trabalho não o fazem (novamente, deixando de lado algumas poucas exceções) através de relações de trabalho assalariado, mas através de complexas e altamente diferenciadas relações regidas por parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade. Assim, as participações individuais no valor agregado total não podem ser quantificadas, mas elas definitivamente não serão iguais, pois refletem as diferentes posições definidas pelas relações sociais e culturais reinantes. Segunda: o balanço entre o presente e o futuro é criticamente colocado em risco. O consumo pode agora ser suprimido para ampliar ganhos e benefícios no futuro, tal como é sumarizado no belo título da publicação de Sara Berry: “Pais trabalham para seus filhos”.

Seja como for, podemos admitir que a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos. Desta forma, também podemos supor que, quanto maior o valor agregado disponível no plano da unidade de produção (que em geral coincide com o nível da família camponesa envolvida), maior será a disponibilidade para os atores individuais. Isso aplica-se especialmente quando relações internas são relativamente democráticas (isto é, não-autoritárias).

O MODO DE PRODUÇÃO EMPRESARIAL

Existe mais do que uma diferença entre camponeses e empreendedores, ou entre os dois modos de produção aqui delineados. O modo de produção camponês articula-se, assim como o modo empresarial, com um amplo leque de dimensões, podendo cada uma delas, em uma particular constelação, emergir como a mais relevante. Em sociedades altamente industrializadas, que vivenciam um conjunto de escândalos alimentares, e que se encontram diante de uma crescente crise energética, o grau de ordenamento da agricultura enquanto *co-produção* pode vir a se destacar como uma dimensão distintiva e principal. Em países do Terceiro Mundo, que enfrentam carência de alimentos, desemprego crônico e níveis reduzidos de renda no meio rural, a trajetória de desenvolvimento agrícola (intensificação *versus* ampliação de escala) será provavelmente a dimensão principal, sobre a qual diferenças relevan-

tes vêm sendo articuladas. A mesma dimensão também define a arena sobre a qual a batalha mais decisiva se realiza. E, nos sistemas agrícolas que vêm se confrontando com um duradouro aperto, a dependência em relação ao mercado (em oposição a uma relativa autonomia) pode surgir como decisiva.

Disso decorre que as diferenças imediatas entre os modos camponês e empresarial de produção agropecuária irão variar consideravelmente no tempo e no espaço. O que emerge como principal e relevante diferença em uma situação pode diferir bastante da mais visível e mais relevante diferença em outra situação. Todavia, tais dessemelhanças podem muito bem ser remetidas às diferenças básicas entre os modos de ordenamento e às formas pelas quais eles interagem com diferentes formações sociais.

Ao mesmo tempo, significa que as diferentes e potencialmente relevantes dimensões que distinguem os dois modos de produção são fortemente, ainda que não mecanicamente, inter-relacionadas. Uma bem-articulada co-produção, por exemplo, irá alimentar uma menor dependência em relação ao mercado de insumos, o que por sua vez poderá levar a maior robustez no enfrentamento do aperto geral na agricultura. Igualmente, uma vez firmemente estabelecido, é bastante provável que tal padrão se traduzirá em uma contínua intensificação (baseado em uma crescente quantidade e qualidade de trabalho), mais do que em um precipitado aumento de escala.

A Tabela 2 resume algumas das principais dimensões sobre as quais os modos camponês e empresarial – de forma contrastante, mas inter-relacionada – se articulam. Algumas dessas dimensões referem-se diretamente à maneira pela qual o processo de produção agrícola é estruturado; outras referem-se a níveis mais amplos de agregação.²⁵

25 Com base na Tabela 2, analisei (em publicação anterior, Ploeg, 2003b) as tendências de desenvolvimento de longo prazo (1970-2000) na produção leiteira na Emilia Romagna, região da Itália (mais especificamente a área de produção de queijo Parmesão). Esse caso permite uma análise clara do impacto diferencial da globalização e da liberalização. Evidencia-se que os camponeses são especialmente mais hábeis para resistir à globalização, liberalização e seus efeitos, enquanto os empreendedores tendem a desativar a produção.

Tabela 2: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Ao longo dos últimos quinze anos, um leque de pesquisas empíricas revelou a heterogeneidade existente nos sistemas agrícolas em todo o mundo. Os padrões de coerência que definem esta heterogeneidade podem ser conceitualizados como “estilos de produção”. Estes são o produto material, simbólico e relacional dos fluxos estrategicamente ordenados através do tempo já mencionadas. Tomados em seu conjunto, eles compõem uma heterogeneidade bastante ampla que vai de diferentes formas de agricultura camponesa, de um lado, via combinações altamente complexas, até diferentes expressões de agricultura empresarial, de outro. Ao invés de sumarizar aqui as muitas diferenças relevantes associadas a essa distinção, prefiro discutir alguns dos principais resultados de um projeto nacional de pesquisa na Holanda que foi não apenas inspirado e construído sobre essa distinção, mas que também tentou avançar na exploração de seu potencial. Este projeto de pesquisa, estruturado como um experimento plurianual, foi realizado pelo Centro de Pesquisa Aplicada em Produção Animal em Lelystad. Partindo das diferentes estratégias existentes na pecuária leiteira, dois produtores foram construídos: um deles denominado “produtor de baixo custo”, o outro de “alta tecnologia” (incluindo ordenha completamente automatizada). Ambos foram projetados de tal forma que uma pessoa pudesse realizar

tudo o trabalho. Igualmente, ambos deveriam gerar uma “renda comparável”. Para atingir esses dois critérios, o produtor de baixo custo precisaria de uma cota de 400 mil kg de leite, enquanto o de alta tecnologia precisaria de uma cota de aproximadamente 800 mil kg. A Tabela 3 sumariza algumas das informações mais relevantes.

Tabela 3: Comparação entre as abordagens camponesa e empresarial na produção leiteira na Holanda

	Baixo custo	Alta tecnologia
Unidades de força de trabalho	1,0	1,0
Horas de trabalho/pessoa/ano	2.500	2.490
Área de terra (em hectares)	32	35
Vacas leiteiras	53	81
Produção de leite por vaca	7.547	9.673
Produção total de leite	400.000	783.515
Concentrados por 100kg de leite (em Euros)	3,8	7,5
Custo do trabalho por 100 kg de leite (em Euros)	13,0	6,7
Custo associado ao uso de tecnologias por 100kg (em Euros)	5,4	7,1
Custo de Produção por 100 kg	34,5	34,7
Renda obtida por hora de trabalho (em Euros)	19,20	16,36

À primeira vista, as diferenças individuais contidas na Tabela 3 são pequenas e provavelmente irrelevantes. Todavia, combinando um conjunto de pequenas diferenças de uma forma coerente, um contraste decisivo pode ser delineado. É precisamente o que se encontra na Tabela 3. Se a cota de leite que dispõe a Holanda (10,8 bilhões kg de leite) fosse produzida dentro de um estilo empresarial de escala relativamente grande, haveria “espaço” para cerca de 13.900 produtores de leite. Se, no entanto, tivéssemos o estilo camponês, o número total de produtores seria no mínimo o dobro. E o mais importante: a geração de emprego produtivo e de valor agregado também seria duas vezes maior. Para a Holanda, essa diferença é, no momento, relativamente irrelevante – especialmente do ponto de vista do Estado e da agroindústria. Entretanto, há muitas outras instâncias nas quais esse contraste seria percebido como estratégico, tanto na Europa (Broekhuizen e colaboradores, 1999) como em outros continentes. Como foi recentemente argumentado por Colin Tudge:

precisamos novamente ver a agricultura como maior empregador, perceber que empregar as pessoas é uma de suas principais funções, além de produzir bons alimentos e manter a paisagem. Contudo, as políticas modernas são formuladas expressivamente para cortar drasticamente o trabalho agrícola e então cortá-lo novamente. (2004, p. 3)

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: A RELEVÂNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS

As diferenças entre os modos de produção delineados anteriormente, se articulam em várias dimensões. Além disso, as particularidades destas diferenças dependerão significativamente de sua posição no tempo e no espaço.²⁶ Diante disso, eu diria que há uma característica que poderá se tornar decisiva nas próximas décadas. O modo de produção camponês é, em essência, orientado para a produção e para o aumento de valor agregado. Isso pode ser visto em si mesmo como uma obviedade, mas, quando comparado com os contrastantes modos de produção, sua especificidade e relevância ganham em importância.

O modo empresarial de produção é não somente orientado para a produção de valor agregado, mas também para sua *redistribuição* – o foco sobre a redistribuição às vezes chega a dominar em relação à produção de valor. Assim, a possibilidade de produzir valor é tomada de outros e incorporada na própria empresa.

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base no processo de trabalho. Crescimento é um resultado da produção realizada em ciclos prévios e também no ciclo corrente. Isso pode ser chamado de “crescimento autônomo” ou “orgânico”. Pode igualmente ser caracterizado como “impulsionado pelo trabalho” (especialmente quando o aprimoramento dos principais recursos no e através do processo de trabalho é levado em conta). Assim, o cresci-

²⁶ Poderia ser argumentado que uma das expressões típicas no Brasil das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial encontra-se nas condições entre *sem-terra e posseiros* na Bacia Amazônica. Outra expressão típica da produção empresarial está na produção de soja, na qual podem ser encontrados um pai e quatro filhos envolvidos no cultivo de uma área de 1.000 hectares. Isso contrasta claramente com as famílias camponesas (por exemplo, a família Casemiro), como discutido em Cabello Norder, 2004.

mento ocorre na forma de uma intensificação: com os recursos disponíveis, uma produção maior é realizada (colheitas são maiores), enquanto no longo prazo mais recursos podem ser criados no interior – ou obtidos com os resultados – do processo de trabalho. Esse é não apenas o caso dos países do Terceiro Mundo, isso aplica-se igualmente à Europa. A Figura 5 apresenta um levantamento de dados sobre diferenciados padrões de desenvolvimento na produção leiteira no Norte da Itália – que cobre um período de dez anos, de 1970 a 1980 (ver Benvenuti e Ploeg, 1985; Ploeg, 1987).²⁷ Os distintos padrões referem-se à agricultura capitalista (C), agricultura empresarial (E) e agricultura camponesa (P). Esta última desenvolve-se principalmente através de uma intensificação contínua,²⁸ enquanto nos outros dois predomina o aumento de escala. Os níveis de renda eram similares, havendo apenas pequenas variações, nas três categorias (Bolhuis e Ploeg, 1985; Ploeg, 1990).

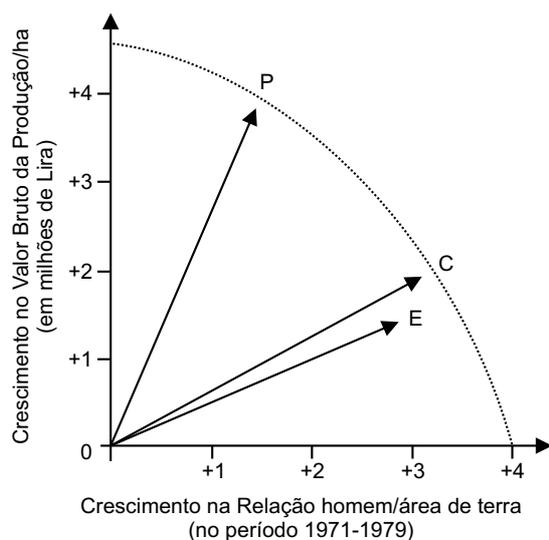


Figura 5: Diferentes padrões de desenvolvimento (Emilia Romagna, Itália, 1970-1980)

²⁷ Posteriormente, a análise passou a cobrir um período de 30 anos. Ver Ploeg, 2003b.

²⁸ Nas Ciências Sociais há uma forte tendência de rejeitar a noção de intensificação contínua, argumentando-se que a denominada “lei dos rendimentos decrescentes” a excluiria (uma expressão relativamente recente disso pode ser encontrada em Warman, 1976). Em

No contexto amplo da economia rural regional, muitas unidades camponesas de produção podem existir lado a lado, sendo que suas mútuas inter-relações são governadas através de complexos e variados balanços entre autonomia e cooperação. A reciprocidade é freqüente e importante característica em tais balanços e, sem dúvida, uma força motriz para o desenvolvimento e o crescimento (Sabourin, 2005). O mesmo vale para a “economia moral” (Scott, 1976): isso regula transações específicas, enquanto desacelerando ou mesmo excluindo outros, tais como aqueles que atingem uma acelerada concentração através da usurpação de outras unidades. Então, uma importante conseqüência desta “constelação camponesa”²⁹ é que ela produz, necessariamente, um crescimento contínuo do valor agregado. É o único caminho possível para agir e progredir. Desta forma, a emancipação do campesinato e o crescimento da produção coincidem – a luta por emancipação supre o crescimento da produção e dos níveis de emprego e, ao mesmo tempo, resulta dele (ver Figura 6). Entretanto, suas inter-relações podem ser interrompidas ou fortemente distorcidas.

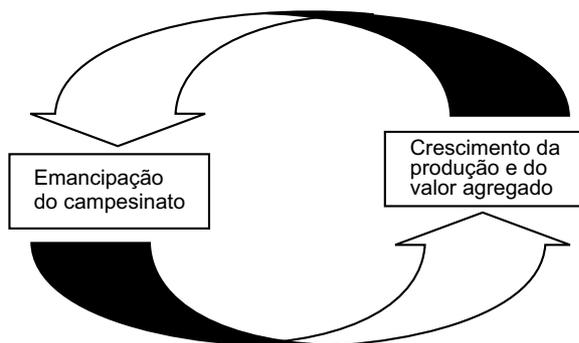


Figura 6: A dialética entre emancipação e crescimento em “constelações camponesas”

um nível mais amplo de agregação, intensificação contínua também tem sido vinculada ao conceito de involução (Geertz, 1963). Involução seria uma expressão específica de rendimentos decrescentes. Em agronomia teórica e também nas teorias da ecologia produtiva, no entanto, tem sido demonstrado (e abundantemente ilustrado) que não há uma lei de rendimentos decrescentes (de Wit, 1992). Rendimentos constantes ou crescentes têm sido a regra – e rendimentos decrescentes a exceção que apenas emerge se um fator limitante ainda é desconhecido. Com o avanço do conhecimento, esta exceção é corrigida.

29 Uma constelação camponesa é a combinação concreta de uma condição camponesa específica e seu correspondente modo de produção camponês.

No modo empresarial de produção, o crescimento (no plano de uma unidade de produção) não é apenas dependente do processo de trabalho situado na unidade produtiva; ele também ocorre com – e através de – uma apropriação e/ou subordinação de outras unidades (e/ou dos recursos contidos naquelas unidades). Isso realiza-se através de cinco mecanismos que, juntos, formam um componente central da “modernização”. Estes são: em primeiro lugar, a reorganização da divisão espacial do trabalho na agricultura. Alimentação, forragem e novos animais, por exemplo, são produzidos em determinados lugares e, subsequentemente, vendidos e transportados de forma a serem utilizados em outros lugares. Então, o produtor “receptor” pode expandir a produção abruptamente e para muito além das fronteiras inerentes aos recursos disponíveis localmente. A agricultura camponesa é altamente localizada, enquanto a agricultura empresarial se estabelece através de uma conversão, sem lugar definido, de certos fluxos globais em outros fluxos globais. Ao mesmo tempo, tarefas específicas, especialmente aquelas que demandam grande absorção de trabalho, são externalizadas.

Segundo: os principais recursos dos produtores vizinhos são apropriados e concentrados em unidades maiores (ver Figura 7). Essa apropriação ocorre através dos mercados. Assim, a *conversão* de terra, animais, trabalho, cota, assistência técnica, conhecimento, matérias vegetais, água etc. em *mercadorias* e a simultânea criação de seus correspondentes mercados (mercado de terras etc.) são estratégicas.³⁰ O terceiro mecanismo, indispensável para a efetivação dos dois anteriores, é a disponibilidade de novas tecnologias que permitam um crescimento abrupto na escala de produção. Todos esses três mecanismos resultam em considerável aumento no grau de mercantilização no plano das unidades de produção envolvidas. Isto é, cada um e todos eles representam um distanciamento em relação à autonomia tal como é construída no – e através do – modo de produção camponês.

Quarto: para permitir que os agricultores ingressem em novas redes de relações, densas e globais (para “intensificar as relações mercantis”, como

30 Essa criação de novas mercadorias e mercados, que na prática é freqüentemente idêntica à destruição de comunidades locais e de seus mecanismos socialmente regulados de troca, se constitui como um eixo central em programas de modernização agrícola. Uma legitimação geral pode ser encontrada em Hayami e Ruttan, 1985.

já argumentava Bernstein, ou para mudar “de uma integração parcial para uma completa”, como escreve Ellis), uma pré-condição básica é que, no longo prazo, deve haver segurança no que se refere aos principais preços e custos de produção. Um repentino e considerável aumento nas taxas de juros ou nos preços dos concentrados industriais, assim como uma repentina queda nos preços do leite, pode causar uma destruição das unidades empresariais altamente integradas. Estas têm que se confrontar com fluxo negativo de caixa de forma muito mais rápida e severa do que as unidades camponesas.³¹ Então, a criação de mercados protegidos torna-se um quarto ingrediente crucial da modernização (que também explica por que a modernização pôde ser mais efetiva no centro do que na periferia).³²

O quinto ingrediente, novamente bastante associado aos anteriores, é a forte e constante intervenção estatal na agricultura, que mantém a estabilidade dos preços.³³

A combinação de crescimento e eliminação através de apropriações se traduz em uma complicada passagem do nível micro para o nível macro. O aumento no valor agregado no plano das empresas individuais (através da apropriação de outras unidades de produção) irá frequentemente repercutir, no plano regional, em um decréscimo geral na riqueza total produzida e disponível. Isso é ilustrado pela Figura 7, que apresenta dados empíricos sobre a produção de leite na Holanda. Ela mostra os múltiplos impactos da transferência de um volume de produção (um milhão de kg de leite) de um

31 Reinhardt e Barlett (1990), seguindo Salamon (1985) e Strange (1988), assinalam que “comunidades de camponeses que trabalham suas próprias terras [yeoman farmers] vêm se expandindo em tamanho ao longo de cem anos de ocupação, enquanto as comunidades de ‘empreendedores’ têm passado por uma estagnação ou mesmo um declínio”. Eles também observam que os “agricultores empresariais” podem obter elevados lucros em anos bons, mas eles são pouco preparados para fazer frente a “dificuldades de fluxo de caixa em anos ruins”. Um exemplo europeu é analisado em Ploeg, 2003b.

32 A ironia é que a liberalização (e a globalização do mercado mundial de alimentos, que irá provocar flutuações abruptas nos níveis de preço) irá destruir rapidamente um dos pilares centrais sobre os quais a agricultura empresarial tem-se apoiado. Entretanto, devido ao característico viés decorrente de uma “visão de Estado” (Scott, 1998), este perigo real transforma-se em um tabu geral.

33 Parafrazeando Servolin (1989), poderíamos afirmar que a agricultura empresarial, da forma como esta foi constituída através dos projetos de modernização, foi e continua sendo, em qualquer aspecto, “uma criatura do Estado e de sua política agrícola”, conforme Abramovay, 1992).

determinado grupo de produtores (cada um produzindo cerca de 300 mil kg) para um grupo de produtores maiores (cada um produzindo pouco mais que 500 mil kg de leite). Isso significa que, em comparação com a situação inicial de 3,38 unidades de produção, o volume de produção nas unidades “restantes” era 72% maior do que ocorria antes da transferência. Os níveis de renda, no entanto, aumentaram apenas 36% (sem contabilizar aqui os custos relacionados às transferências de cotas).³⁴ O que é decisivo, todavia, é que a “capacidade de renda” *total* ligada a esse particular volume de produção acaba sendo *reduzida* em 21%. Isso se deve a diferentes estruturas de custos dos 3,38 agricultores iniciais e dos 1,97 grandes agricultores “restantes”. Estes são estruturados de acordo com uma lógica empresarial, enquanto aqueles são de acordo com uma lógica de produção camponesa (como ilustrado na Tabela 3). Em outros termos, a mudança de uma *agricultura de poucos insumos externos* (Reijntjes e colaboradores, 1992) para um modelo de agricultura caracterizado por um *aumento de escala e um elevado uso de insumos externos* (isto é, mais integrado e mais dependente dos mercados de insumos) irá introduzir um efeito negativo sobre o valor agregado. A redistribuição aumenta o valor agregado no plano das empresas individuais remanescentes, mas reduz o valor agregado para a área como um todo.

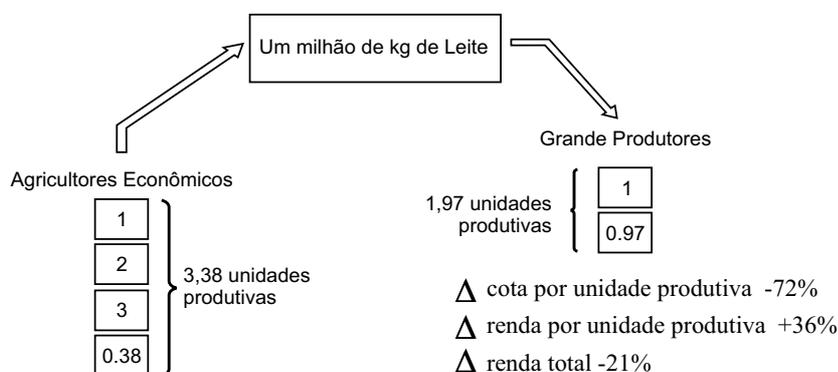


Figura 7. Impacto da Transferência de Volumes de Produção³⁵

³⁴ Se isso é levado em conta, os rendimentos das unidades restantes não irão aumentar – ao menos no médio prazo.

³⁵ Derivado de Van der Ploeg, 2003a, p. 307.

A próxima figura coloca tais argumentos em termos dinâmicos, ao sumarizar os resultados de uma série de exercícios de programação linear, realizados a partir de uma demanda das organizações de agricultores da Frísia, na região setentrional da Holanda. Ela mostra os efeitos diferenciais de três hipotéticas trajetórias de desenvolvimento, que cobrem o período 1990-2005. O que é crucial aqui é que o tão falado “cenário de livre-comércio”, que permitiu uma acelerada concentração dos volumes de produção em um reduzido número de agricultores maiores, reduziria a renda total do setor agrícola na região (de 426 milhões para 114 milhões de florins holandeses).³⁶ A figura também acrescenta as alternativas – e uma delas será discutida adiante.

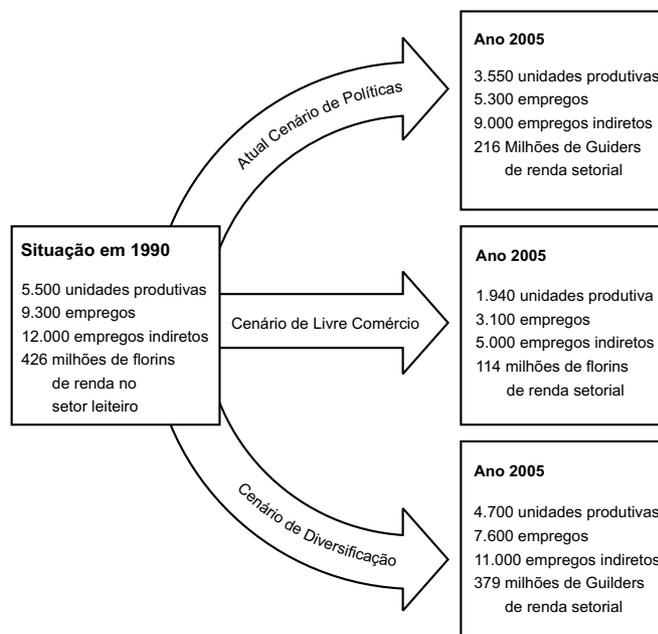


Figura 8: Resultados de diferentes processos de desenvolvimento

³⁶ Derivado de Antuma e colaboradores, 1993 e discutido mais detidamente em Ploeg, 2003a, p. 307-312. Os cálculos de Antuma estão ainda em florins holandeses (NLG). Posteriormente, houve a conversão ao Euro, com 2,2 NLG valendo 1,0 Euro.

Vemos aí o modo empresarial de agricultura e seus efeitos sobre níveis mais amplos de agregação. No modo capitalista de produção agropecuária, o valor agregado é, como tal, uma categoria irrelevante. O que importa são a margem de lucro e a lucratividade (ou seja, a relação entre o capital investido e os lucros realizados). Precisamente aqui reside a explicação para a natureza extensiva e em larga escala da agricultura capitalista.

Comparada aos modos capitalista e empresarial de produção agropecuária, o modo de produção camponês destaca-se por seu foco sobre a criação (ou produção) de valor agregado. *Ele tende, mais do que os outros modos de produção, a fortalecer o crescimento da produção de valor agregado.* Junto a isso está o (potencial) aumento dos empregos produtivos.

Para obter uma ampliação na produção de valor agregado, há, no modo de produção camponês, um permanente empenho no sentido de distanciar o processo de produção o tanto quanto possível do reinante e freqüentemente sufocante circuito mercantil. A mobilização de fatores e insumos produtivos é desatrelada de seus respectivos mercados. Isso é realizado precisamente porque permite aos produtores uma inserção mais satisfatória na produção de valores-de-troca. Os camponeses buscam as possibilidades de desmercantilizar (no que se refere aos insumos utilizados), para justamente poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos. Isso é analiticamente evidenciado com a “passagem” da Figura 4 para a Figura 3, apresentadas anteriormente. A última constelação oferece melhores perspectivas para encarar o mercado (especialmente os mercados adversos) do que a primeira.

Em trabalhos anteriores, descrevi e analisei alguns dos processos empíricos (através dos quais a constelação sumarizada na Figura 3 foi ativamente construída) para o período 1570-1960 na Holanda (Ploeg, 2003a, Capítulo 2) e para os produtores de arroz na África Ocidental (especialmente os Balanta) durante o período 1880-1990 (Ploeg, 1990b). Outros exemplos são apresentados por Zuiderwijk (1998) e Benvenuti e colaboradores (1989). Um ponto interessante, evidentemente, é que o mesmo “distanciamento” (especialmente quando se refere ao mercado de novas tecnologias e insumos) tem sido interpretado por muitos cien-

tistas como expressão de atraso, tradicionalismo e indisposição para mudança. Percebidos a partir da racionalidade específica das economias camponesas, as coisas podem ser muito diferentes (e ainda mais quando a produção endógena de inovações é levada em conta). Atualmente, o mesmo distanciamento emerge como um dos vetores estratégicos de *novas tendências*, como, por exemplo, a agricultura orgânica e a agricultura de poucos insumos externos. Isso também pode ser apontado como um caminho promissor em termos de balanço energético e economia de energia.

FLUXOS ESTRATEGICAMENTE ORGANIZADOS, MAS MUTUAMENTE CONTRASTANTES

Há pouca necessidade de salientar que o modo empresarial de produção representa um fluxo organizado ao longo do tempo. Suas dinâmicas são atualmente explicadas em qualquer manual:³⁷ o aumento de escala representa uma característica estrutural senão “perene” da agricultura modernizada.

No entanto, a condição camponesa e o associado modo de produção camponês não representam um momento estático – trata-se também de um fluxo coerente e estrategicamente organizado que se desdobra ao longo do tempo: o presente se constrói sobre o passado e a situação atual irá se traduzir em uma próxima, a não ser que surjam revezes de força maior.³⁸ Durante – e parcialmente devido a – tais fluxos, a aparência imediata do campesinato pode mudar consideravelmente. O padrão básico, no entanto, permanece o mesmo. Assim, as definições desenvolvidas cobrem as diferenças no tempo. O mesmo se aplica a diferenças no espaço: as definições de condição camponesa e do associado modo de produção abrangem tanto campones-

37 Muito menos atenção é dada ao que poderíamos chamar de “condição empresarial”. Para se reproduzir ao longo do tempo, as unidades empresariais precisam de mercados mais ou menos estáveis e, acima de tudo, previsíveis, para tornar efetiva a manutenção de níveis satisfatórios de renda. Devido à liberalização e à globalização, isso é o que ocorre cada vez menos e, freqüentemente, provoca uma desativação da produção.

38 Devido a secas, pestes, doenças, roubos, mortes, fraudes, colapsos de mercado.

ses, por exemplo, na Europa como aqueles do Terceiro Mundo. Eles, evidentemente, não abarcam *todos* os agricultores, mas aqueles que organizam de uma forma camponesa tanto os seus processos de produção como suas relações sociais.

Embora exista uma forte tendência nas Ciências Sociais para delegar a noção de camponês, campesinato e modo de produção camponês ao passado e/ou à periferia, pode-se argumentar que os mesmos conceitos também são essenciais para uma compreensão de muitos processos de desenvolvimento na Europa. O camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados. É verdade que mesmo os agricultores, por exemplo, da Frísia (Holanda), região onde nasci e cresci, diferem muito dos agricultores, digamos, do Rio Grande do Sul, no Brasil. Há vários pontos em comum. A questão, no entanto, é que a quintessência não está nas superficialidades imediatamente visíveis – o que é necessário é uma detalhada análise que focalize os modos de produção e sua posição na sociedade como um todo.

Na Frísia, uma das áreas de produção de leite mais modernizadas da Europa, como mostra a Tabela 4, há considerável variação nas vinculações entre as unidades produtivas, de um lado, e importantes mercados de fatores de produção e insumos, de outro. Algumas destas unidades produtivas são altamente dependentes do mercado (cf. Figura 4), enquanto outras são fundadas muito mais em uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida (cf. Figura 3). Essas diferenças não são acidentais: elas são resultado de fluxos contrastantes ao longo do tempo – e se manifestam em uma diferenciada estruturação do processo de produção na agricultura. O que a Tabela 4 mostra é basicamente que a agricultura europeia (eu tomo a Frísia como uma ilustração para a Europa como um todo) contém constelações que tendem para o lado camponês da equação bem como constelações contrastantes que basicamente representam o modo empresarial de produção. Em síntese: nós assistimos na Europa a uma coexistência entre os modos camponês e empresarial de produção agropecuária. Atualmente, as características desta “constelação camponesa” vêm sendo fortalecidas através de novos processos de recampesinização.

Tabela 4: Diferenciados graus de mercantilização (pecuária leiteira, Friesland, 1991)³⁹

	Média	Desvio padrão	Valor mínimo	Valor máximo
Mercado de capitais				
Dívidas por unidade produtiva (em Dfl)	817.200	603.600	77.270	3.989.000
Dívidas por unidade de trabalho	462.500	282.500	33.600	1.662.000
Dívidas por 1.000 kg de leite (in Dfl)	1.540	900	140	6.690
Mercado de trabalho				
Percentual do trabalho assalariado em relação ao trabalho total	10%	16%	0%	70%
Serviços mecânicos por hectare (em Dfl)	371	243	12	1.410
Mercado de insumos				
Alimentação industrial por 1.000 kg de leite (em Dfl)	104	24	45	166
Dispêndio total com alimentação e forragem por vaca (em Dfl)	900	249	217	1.833
Dispêndio com alimentação e forragem por 1.000kg de leite (em Dfl)	133	34	43	255
Aquisição de gado por ano	10.860	22.900	0	197.300
Índice sintético				
Percentual de custos monetários em relação ao Valor Bruto da Produção (2)	48%	8%	33%	75%
Total de custos monetários + 7% de taxa de juros sobre as dívidas como % do Valor Bruto da Produção	60%	10%	35%	95%

O PROCESSO DE RECAMPEINIZAÇÃO: O EXEMPLO EUROPEU

A recampesinização é entendida aqui como um conceito que sumariza e une duas dimensões: a qualitativa e a quantitativa. Recampesinização contempla uma mudança qualitativa: trata-se de pessoas *tornando-se* camponesas. Elas entram na condição camponesa, no modo de produção camponês, vindas de qualquer outra condição. Isso relaciona-se a uma dimensão quantitativa: o *número* de camponeses está aumentando. Neste caso, o MST no Brasil é um ótimo exemplo. Eviden-

³⁹ Para uma discussão metodológica sobre estas variáveis, consultar Bolhuis e Ploeg, 1985 e Ploeg 1990; dados em NLG ou, como mencionado na tabela, Dfl (2,2 NLG ou Dfl = 1 Euro). Fonte: cálculos próprios baseados em dados da AVM/CCLB contabilidade agrícola.

temente, há também múltiplos e multifacetados processos de descampesinização (Bryceson e colaboradores, 2000). Frequentemente, ambos, re- e descampesinização, ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local, podendo os dois processos estarem interligados de forma complexa.

Tornar-se um camponês não é compreendido, neste texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um *fluxo* contínuo e flutuante *ao longo do tempo*. Assim, a condição camponesa é caracterizada por uma série de *graus*. Quanto a isso, a dependência em relação ao mercado e seus agentes, a coerção extra-econômica, a relativa autonomia que pode ser obtida, a magnitude e o controle dos recursos gerados, bem como os níveis de produtividade, são todos relevantes (ver a bela discussão feita por Halamska, 2004, sobre o campesinato polonês). Em síntese: uma vez que os camponeses se constituem como tais, uma recampesinização ainda maior pode ocorrer.

Ao longo da história, houve muitos episódios de recampesinização.⁴⁰ Ao lado destas referências históricas, há também diversos processos contemporâneos, ainda que altamente diferenciados, de recampesinização.⁴¹ No entanto, pesquisas sistemáticas sobre as expressões atuais deste fenômeno adquirem a máxima importância. De um ponto de vista teórico, porque a recampesinização representa um caso-limite crucial. Na teoria econômica neoclássica, na teoria do desenvolvimento econômico e em quase todas as abordagens marxistas, qualquer “reemergência” do campesinato é considerada impossível e, de qualquer forma, não-desejável. Representaria, em qualquer lugar, uma regressão. A segunda razão para estudar a re-

40 Além do período 1850-1950 na Holanda, citado por historiadores holandeses como uma época de recampesinização (para uma síntese, ver Ploeg, 2003a, Capítulo 2), pode-se citar a emergência dos “crofters” na Escócia (MacPhail, 1989) e a recampesinização em Trás-os-Montes, Portugal, baseada na reemigração após a queda do fascismo naquele país (Dries, 2002).

41 No que se refere à Europa, pode-se mencionar a constituição de novas cooperativas, a reemergência da agricultura familiar em muitas partes da Europa Central e do Leste (Hann, 2003) e o processo de desenvolvimento rural endógeno em toda a Europa (Ploeg e colaboradores, 2000). Para a América Latina, ver Cabello Norder, 2004; Souza Martins, 2003; Vaerem, 2000 e Ploeg, 1977.

campesinização reside na (recentemente descoberta) relevância do modo de produção camponês frente a alguns dos principais problemas globais (desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, consumo excessivo de energia etc.). E, terceiro, porque em todos os lugares do mundo as pessoas (entre elas, muitos jovens) estão se reconstituindo como camponeses. Irei ilustrar isso através do caso europeu.

Atualmente, os agricultores em toda a Europa estão diante de um intenso *aperto na agricultura*. Junto a isso, há uma considerável pauperização.⁴² A clássica resposta do aumento de escala não parece ser efetiva (ou chega a ser contraprodutiva) devido ao elevado custo associado à expansão (cota, terra, espaço ambiental) e às sombrias perspectivas relacionadas ao aprofundamento da liberalização e da globalização. Alguém pode perguntar: o que os agricultores estão realmente *fazendo* (para além das respostas apresentadas nos manuais de economia)? Como eles estão, *de fato*, enfrentando este “ambiente crescentemente hostil”? Como eles estão respondendo ao crescente controle exercido sobre eles pela agroindústria e pelo Estado? (Ver o recente debate entre Goodman, 2004 e Ploeg e Renting, 2004.)

Acredito que duas tendências básicas podem ser identificadas. A primeira reflete a clássica resposta empresarial, que leva cada vez mais a um despovoamento do meio rural e também a uma redução do valor agregado gerado no campo (Ploeg, 2006). A segunda tendência, que envolve uma maioria dos agricultores europeus, represent um robusto, forte e promissor, embora contestado e de certa forma oculto, processo de *recampesinização*. Trata-se de um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia.

42 Um estudo recente na Holanda (de Hoog e Vinkers, 2000) revelou que mais de 40% das famílias agrícolas tinham uma renda agrícola inferior ao mínimo social definido pela legislação. Mesmo quando rendimentos adicionais, oriundos da pluriatividade, são levados em conta, ainda assim 25% de todas as famílias agrícolas apresentavam uma renda familiar total inferior ao mínimo social. Na Itália, a análise do Ministério de Política Agrícola e Florestal (MPAF, 2003) divulgou dados similares.

Este processo de recampesinização⁴³ pode analiticamente ser explicado partindo-se da noção de que a agricultura consiste em um processo de conversão (de insumos em produtos), no qual ocorre uma dupla mobilização de recursos. Recursos podem ser mobilizados em seus respectivos mercados (e entrar no processo de produção como mercadorias) ou podem ser produzidos e reproduzidos na própria unidade produtiva (ou na comunidade rural). Isso significa que os “produtos” podem também ser orientados de duas formas: em direção ao mercado de produtos ou para uma reutilização (eventualmente após uma troca socialmente regulada) no interior da unidade produtiva.

Diante dos grandes circuitos de comercialização de produtos agrícolas, crescentemente controlados e reestruturados por grandes corporações agroindustriais (Bonnano e colaboradores, 1984), boa parte dos agricultores tem começado a diversificar suas atividades a partir da efetivação de uma série de alternativas: 1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis (ver Figura 9). Emergem então empresas *multiproduto*, que contêm novos níveis de competitividade⁴⁴ e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa primeira tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como *agricultura (mais) econômica*⁴⁵ (Ploeg, 2000). O processo de produção é crescentemente baseado sobre recursos outros do que aqueles controlados pela agroindústria. Na correspondente transição, 3) a *reconexão da agricultura com a natureza* tem desempenhado um papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) pluriatividade e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial. No núcleo do processo de produção há 6) uma reintrodução da *artesanalidade* (uma unidade orgânica entre trabalho intelectual e manual

43 Esse processo, ao que parece, também começa a se expandir, ainda que em uma escala modesta, em países como o México e o Brasil.

44 Saccomandi, 1998.

45 Internacionalmente, isso também é conhecido como *agricultura de poucos insumos externos* [*low external input agriculture*].

que permite um controle direto e afinado do processo de produção). Essa reintrodução está associada ao desenvolvimento e à implementação de uma nova geração de tecnologias baseadas na habilidade técnica (Bray, 1986) e frequentemente resulta na produção de inovações (Swagemakers, 2002; Wolleswinkel e colaboradores, 2004).

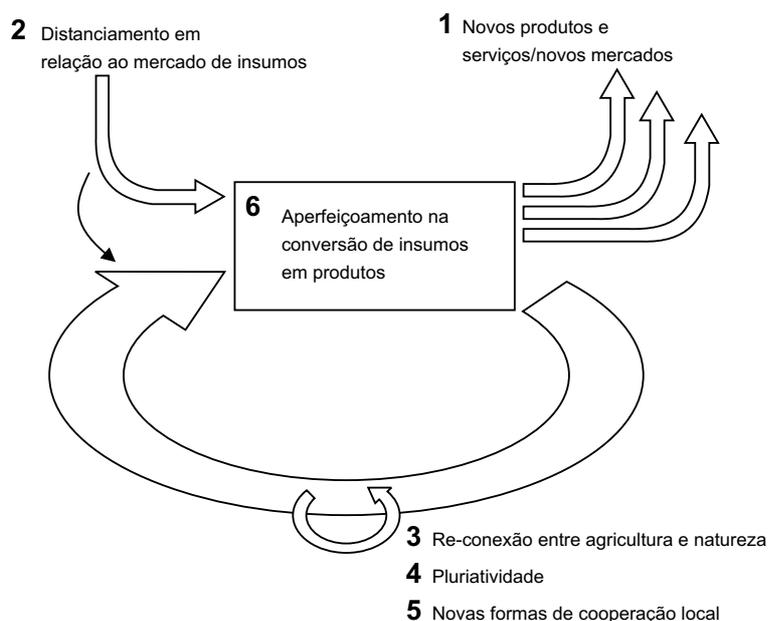


Figura 9: A coreografia da recampesinização

Essas tendências de desenvolvimento são, com frequência, resumidas como desenvolvimento rural ou a criação de multifuncionalidade (Huylenbroek e Durand, 2003). Elas podem igualmente ser compreendidas e analisadas como um processo de *recampesinização*. Como exposto por Marsden (2003), desenvolvimento rural é uma prática que basicamente se realiza como *embate contra o aparato estatal, seus esquemas regulatórios e o agronegócio*. Trata-se de um embate por autonomia e sobrevivência, ao invés da implementação mais ou menos direta de esquemas e retóricas da União Européia, como supõem alguns. Atualmente, cerca de 80% dos agricultores europeus estão ativamente praticando uma ou mais respostas entre as indicadas anteriormente, que em seu conjunto compõem o processo europeu de recampesinização.

Juntas, estas mudanças qualitativas resultam em reconstrução e fortalecimento da *autonomia*. É importante notar que tais mudanças são cada vez mais realizadas juntas e traduzidas em maiores níveis de agregação. Isso vem ocorrendo nas cooperativas ambientais (ou territoriais) que têm sido criadas na Holanda (Renting e colaboradores, 2001), nas rotas vinícolas italianas (Brunori e colaboradores, 2000), nos novos mercados camponeses na Alemanha e na Inglaterra (Knickel e Hof, 2003; resp Banks, 2003) e na “economia da castanha” francesa (Willis e Campbell, 2004). O mesmo processo de reconstrução e fortalecimento da autonomia pode ser apoiado por programas regionais inteligentemente formulados, como o Proder espanhol e o RegionAktiv alemão (Dominguez Garcia e colaboradores, 2005, Knickel 2005).

PARA NÃO CONCLUIR

Evidentemente, o processo de recampesinização a que me refiro não se confunde, de forma alguma, com um mero “retorno ao passado”. Trata-se, ao contrário, de uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno, mas em muitos aspectos grosseiro e cruel, de forma mais adequada e atrativa. Frente a isso, há uma grande responsabilidade por parte dos cientistas sociais no sentido de tirar este novo processo de emancipação (seja na Europa, na América Latina, em qualquer lugar) da invisibilidade em que freqüentemente tem permanecido imerso e desdobrar sistematicamente seus potenciais e promessas. É igualmente importante interligar tal processo, mostrar seus pontos em comum e fazer suas experiências “trafegarem” de um lugar para outro. Neste empenho, uma reconceitualização do camponês e uma firme elaboração teórica do processo de recampesinização são tarefas urgentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais. Editoria Hucitec/Anpocs, Editoria da UNICAMP; São Paulo: Campinas, 1992.

ANTUMA, S. J.; P. B. M. BERENTSEN and G. GIESEN (1993), Friese melkveehouderij, waarheen? Een verkenning van de Friese melkveehouderij

in 2005; modelberekeningen voor diverse bedrijfsstijlen onder uiteenlopende scenario's, Vakgroep Agrarische Bedrijfseconomie, LUW, Wageningen.

APPADURAI, A. *The social life of things, commodities in cultural perspective*, Cambridge University Press, Cambridge. 1986.

BANKS, J. *Direct Marketing on the English-Welsh Border*, pp 116-118 in: J. D. van der Ploeg; A. LONG and J. BANKS, *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: The State of the Art*, Elsevier, Doetinchem. 2003.

BENEDICTUS, M. de and V. COSENTINO. *Economia dell'Azienda agraria: teoria e metodi*, Il Mulino, Bologna. 1979.

BENVENUTI, B. e J. D. van der PLOEG. *Modelli di sviluppo aziendale agraria e loro importanza per l'agricoltura mediterranea*, in *Q.A., la Questione Agraria*, 17, 1985, pp. 85-106. 1985.

BENVENUTI, B. et al. *Produttore agricolo e potere: modernizzazione delle relazioni sociali ed economiche e fattori determinanti dell'imprenditorialità agricola*, CNR/IPRA. 1989.

BERNSTEIN, H. *Notes on Capital and Peasantry*, in: *Review of African Political Economy*, nr 10, pp60-73. 1977.

———. *Capitalism and Petty Commodity Production*, in: *Social Analysis: Journal of Social and Cultural Practice*, 20 (dec). 1986.

BERRY, S. *Fathers work for their sons: accumulation, mobility and class formation in an extended Yoruba community*, University of California Press, Berkeley.

BOEKE, J. H. (1947), *The evolution of the Netherland Indies economy*, Tjeenk Willink, Haarlem. 1985.

BOLHUIS, E. E. and J.D. van der PLOEG. *Boerenarbeid en stijlen van landbouwbeoefening*, PhD, Leiden University, Leiden (LIDESCO publication 8). 1985.

BONNANO, A., L.; BUSCH, W.; FRIEDLAND, L. GOUVEIA and E. MINGIONE *From Columbus to Conagra: The Globalization of Agriculture and Food*. University Press of Kansas, Lawrence. 1994.

BOSERUP, E. *Evolution agrarie et pression demographique*, Flammarion, Paris. 1970.

BRANFORD, S. and J. ROCHA. *Cutting the Wire: the story of the landless movement in Brazil*, London: Latin American Bureau. 2002.

BRAY, F. The rice economies: technology and development in Asian Societies, Blackwell, Oxford. 1986.

BROEK, H. P. van der. Labour, networks and lifestyles: survival and succession strategies of farm households in the Basque Country, WAU, Wageningen. 1988.

BROEKHUIZEN, R. van and J. D. van der PLOEG. The malleability of agrarian and rural employment – the political challenges ahead; paper for the EU seminar ‘Prevention of depopulation in rural areas’, Joensuu, Finland, October 2, 1999.

BRUNORI, G. and A. Rossi. Synergy and Coherence through collective action: some insights from Tuscany, in: *Sociologia Ruralis*, Vol 40, nr 4, pp 409-423. 2000.

BRYCESON, D., C. Kay and J. Mooij. Disappearing peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America, Intermediate Technology Publications, London. 2000.

BUCKWELL, A. et al. Towards a Common Agricultural and Rural Policy for Europe, Report of an Expert Group, DG VI/A1, European Commission, Brussels. 1997.

CABELLO, Norder, L. A. Políticas de Assentamento e Localidade; os desafios da reconstitucao do trabalho rural no Brasil, PhD, Wageningen University, Wageningen. 2004.

CIDA (Comite Interamericano de Desarrollo Rural). Tenencia de la tierra y desarrollo socio-economico del sector agricola: Peru, Washington DC. 1966

CIDA Bodennutzung und Betriebsfuehrung in einer Latifundio-landwirtschaft, in: E. Feder, Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft, Hamburg. 1973.

DOMÍNGUEZ, Garcia, D.; Xr SIMÓN, Fernandez, A., ALONSO, Mielgo; J. RAMON; MAULEÓN, G.; RAMOS, Truchero and H.RENTING (2005) Catching Up with Europe. Rural Development Policies and Practices in Spain. In GORMAN, M. H.; RENTING, J.; KINSELLA and D O’CONNOR (Eds) *Driving Rural Development in Europe – The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen, Royal van Gorcum (in press).

DRIES, A. van den. “The art of irrigation” (Ph.D) Wageningen University, Wageningen. 2002.

ELLIS, F. Peasant Economics: farm households and agrarian development, Wye Studies in Agricultural and Rural Development, Cambridge University Press, Cambridge. 1988.

- ELLIS, F. and S. BIGGS, Evolving themes in Rural development 1950s-2000s, in *Development Policy Review*, 2001, 19 (4): 437-448.
- FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations, in: *Journal of Peasant Studies*, Vol. 7, 158-184. 1980.
- GEERTZ, C. *Agricultural Involution*, University of California Press, Berkeley. 1963.
- GERRITSEN, P. R. W. *Diversity at Stake: a farmers' perspective on biodiversity and conservation in western Mexico*, Circle for Rural European Studies, Wageningen University, Wageningen. 2002.
- GIBBON, P. and M. NEOCOSMOS Some problems in the Political Economy of 'African Socialism', in H. BERNSTEIN and B. K. CAMPBELL (ed), *Contradictions of Accumulation in Africa*, Sage, Beverley Hills. 1985.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. *Sociologia Ruralis* 44(1), pp 3-16. 2004.
- GUDEMAN, S. *The demise of a rural economy, from subsistence to capitalism in a Latin American Village*, London. 1978.
- JANVRY, A. de. La logica delle aziende contadine e le strategie di sostegno allo sviluppo rurale, in: *La Questione Agraria*, no 4 (2000), pp 7-38, Franco Angeli, Milano. 2000.
- HALAMSKA, Maria. A different end of the peasants, *in: Polish Sociological Review* 3(147)'04, pp. 205-268. 2004.
- HAMMOND, J. L. *Law and Disorder: The Brazilian Landless Farmworkers' Movement*, *Bulletin of Latin American Research* 18 (4) 469-489. 1999.
- HANN, C. "The postsocialist agrarian question", LIT Verlag, Munster. 2003.
- HAYAMI, Y. and V. W. RUTTAN. *Agricultural Development: an international perspective (revised and expanded edition)*, John Hopkins, Baltimore and London.
- HERVIEU, M. Bertrand (2005) *La multifunctionalite et lágriculture*, INRA, Paris. 1985.
- HOOG, K. de and J. VINKERS. *De beleving van armoede in agrarische gezinsbedrijven*, *Wetenschapswinkel*, nr 165, WUR, Wageningen. 2000.
- HUYLENBROECK, G, van and G. DURAND *Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development*, Ashgate, Aldershot. 2003.

JOLLIVET, M. Pour une science sociale a travers champs: paysannerie, ruralite, capitalisme (France XXe siecle), AP editions, Paris. 2001.

KAUTSKY, K. La question agraire, etude sur les tendances de l'agriculture moderne, Paris. 1970.

KNICKEL, K. (2005) *Agrarwende - Agriculture at a Turning Point. Rural Development Practices and Policies in Germany*. In GORMAN, M. H. Renting; J. KINSELLA and D O'Connor (Eds) *Driving Rural Development in Europe - The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen, Royal van Gorcum (in press).

KNICKEL, K. and S. HOF. Direct Retailing in Germany: Farmers Markets in Frankfurt, pp 104-113, in J. D. van der Ploeg; A. LONG and J. BANKS, *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: The State of the Art*, Elsevier, Doetinchem. 2003.

LENIN, V. I. The Agrarian Question and the 'critics of Marx', in: *Collected Works, V*, Moscow. 1961.

MACPHAIL, I. M. M. *The Crofters' War*, ACAIR, Isle of Lewis. 1989.

MARIATEGUI, J. C. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, 25th edition, Amauta, Lima. 1925.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*, Royal van Gorcum, Assen. 2003.

MENDRAS, H. *La fin des paysans – innovations et changement dans l'agriculture Francaise*, Futuribles/SEDEIS, Paris. 1967.

MPAF, Ministero delle Politiche Agricole e Forestale (2003), *La poverta in agricoltura*, Eurispes, Roma.

OSTI, G. *Gli innovatori della periferia, la figura sociale dell'innovatore nell'agricoltura di montagna*, Reverdito Edizioni, Torino. 1991.

PLOEG, J. D. van der. *De Gestolen Toekomst: imperialisme, landhervorming en boerenstrijd in Peru*, De Uytbuyt, Wageningen. 1977.

———. *La ristrutturazione del lavoro agricolo* (con presentazioni di Giuseppe Barbero, postilla di Bruno Benvenuti, Ricerohe e Studi Socio-economici, La Reda, Roma. 1987.

———. *Labour, markets and agricultural production*, Westview Press, Boulder. 1990a.

———. *Autarky and Technical Change in Rice Production in Guinea Bissau: on the Importance of Comoditisation and Decomoditisation as Interrelated*

Processes, in M. HASWELL and D. HUNT, *Rural Households in Emergine Societies: technology and change in sub-Saharan Africa*, pp93-113, Berg Publisher Ltd, Oxford, Hamburg and New York. 1990b.

———. *The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*, Royal Van Gorcum, Assen. 2003a.

———. *I contadini fra passato e futuro*. In *Agricoltura e societa contadina all'esordio degli anni 2000* / Massimo, PACETTI; Paolo BEDOGNI; Arrigo BOLDRINI; Emilia ROMAGNA, Italia: Istituto 'Alcide Cervi', 2003 - p. 53 - 77. 2003b.

———. *Agricultural Production in Crisis*, in Cloke, P. T.; T. MARSDEN and P. H. Mooney, *Handbook of Rural Studies*, Sage, London, pp 258-277. 2006.

PLOEG, J. D. van der, et al. "Rural development: from practices and policies towards theory", in *Sociologia Ruralis*, Vol 40, numero 4, Octubre 2000, pp 391-408. 2000.

PLOEG, J. D. van der and H. RENTING (2004a), Behind the 'Redux': A Rejoinder to David Goodman, pp 231-242 in *Sociologia Ruralis*, Vol 44, number 2, April 2004.

PRODI, R. La sfida contadina, *La Stampa, Cultura e Spettacoli*, pagina 23, giovedì 23 a giovedì 1 aprile 2004.

REINHARDT, N. and P. BARLETT. The persistence of family farms in United States agriculture, in *Rural Sociology* 55 (3), pp203-225. 1990.

REIJNTJES, C. B. HAVERKORT and A. WATERS-BAY *Farming for the Future: an introduction to low external input and sustainable agriculture*, ILEA/MacMillan, Leusden/London. 1992.

RENTING, H.; PLOEG, J. D. van der. Reconnecting Nature, Farming and Society: Environmental Cooperatives in the Netherlands as Institutional Arrangements for Creating Coherence. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 3(2), 85-102. 2001.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos (Versão provisória), paper presented at Universidade Federal do Rio Grande do Sul in the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR and I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005.

SACCOMANDI, V. *Agricultural Market Economics: a Neo-Institutional Analysis of Exchange, Circulation and Distribution of Agricultural Products*, Royal van Gorcum, Assen. 1998.

SALAMON, S. Ethnic communities and the structure of agriculture, in *Rural Sociology*, 50 (3), 323-40. 1985.

SALTER, W. E. G. *Productivity and Technical Change*, Cambridge University Press, New York. 1966.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. Paper presented at Universidade Federal do Rio Grande do Sul in the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR and I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005.

SCHULTZ, Th. W. *Transforming traditional agriculture*, Yale University Press, New Haven. 1964.

SCOTT, J. C. *The Moral Economy of the Peasant*, Yale University Press, New Haven. 1976.

———. *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*, Yale University Press, New Haven and London. 1998.

Servolin, C. *L'agriculture moderne*, Seuil, Paris. 1989.

SEVILLA, Guzman, E., and M. GONZALEZ *Ecosociologia: elementos teóricos para el analisis de la coevolucion social y ecologica en la agricultura*, in *Revista Espanola de Investigaciones Sociologicas*, no 52, pp. 7-45, octubre-diciembre. 1990.

SEVILLA, Guzmán, E. and J. MARTÍNEZ ALIER, “Rural Social Movements and Agroecology”, in P. Cloke, T. Marsden and P. H. Mooney, *Handbook of Rural Studies*, Sage, London.

SHANIN, T. *The Awkward Class: political sociology of peasantry in a developing society: Russia 1910-1925*, Clarendon Press, Oxford. 1972.

SOUZA, Martins, S. de. *Travessias: a vivencia da reforma agrária nos assentamentos*. Porte Alegre: Editora UFRGS, 2003.

STRANGE, M. *Family Farming: A New Economic Vision*, University of Nebraska Press, Lincoln, Nebraska. 1988.

SWAGEMAKERS, P. *Verschil maken: novelproductie en de contouren van een streekcoöperatie*, Circle for Rural European Studies/ Leerstoelgroep Rurale Sociologie, Wageningen. 2002.

TOLEDO, V. *La racionalidad ecologica de la produccion campesina*, pp 197-218, in E. Sevilla GUZMAN and M. Gonzalez de MOLINA, *Ecologia, campesinado e historia*, Las Ediciones de la Piqueta, Madrid. 1992.

TUDGE, C. *So shall we reap: what's gone wrong with the world's food – and how to fix it*, Penguin Books. 2004.

VAEREN, P. van den “Perdidos en la Selva; un estudio del proceso de re-
arraigo y de desarrollo de la Comunidad – Cooperativa Unión Maya Itza,
formada por campesinos guatemaltecos, antiguos refugiados, reasentados en
el Departamento de El Petén, Guatemala” (Ph.D., Wageningen University,
Wageningen. 2000.

VALENTINI, D. *La spesa? Si fa dal contadino*, in *La Repubblica*, Venerdì 20
Gennaio 2006, IX.

WARMAN, A. *Y venimos a contradecir, los campesinos de Morelos y el
Estado Nacional*, Mexico. 1976.

WILLIS, S. and H. CAMPBELL. *The Chestnut Economy: the praxis of neo-
peasantry in rural France*, *Sociologia Ruralis*, Vol. 44, number 3, pp 317-
332. 2004.

WISKERKE, J. S. C. and J. D. van der PLOEG *Seeds of Transition: Essays
on novelty production, niches and regimes in agriculture*, Royal Van Gor-
cum, Assen.

WIT, C. T. de *Resource use efficiency in agricultura*, in: *Agricultural Systems*,
40, pp 125-151. 1992.

WOLLESWINKEL, A. P.; D. ROEP; K. J. van CALKER; S. J. G. de ROOIJ
and F. P. M. VERHOEVEN (2004), *Atlas van innovberende melkveehou-
ders, Veelbelovende vertrekpunten bij het verduurzamen van de melkveehou-
derij*, WUR. Wageningen.

YOTOPOULOS, P. A. *Rationality, Efficiency and Organizational Behaviour
Through the Production Function: Darkly*, in *Food Research Institute Studies*,
Vol XIII, 3: 263-273. 1974.

ZUIDERWIJK, A. *Farming gently, farming fast: migration, incorporation
and agricultural change in the Mandara mountains of Northern Cameroon*,
CLM, Leiden. 1998.